

**INSTITUTO SUMARÉ DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**JUSCELINA CARLOS DA SILVA COSTA**

**LETRAMENTO E CRECHE**

**São Paulo**

**2013**

**JUSCELINA CARLOS DA SILVA COSTA**

## **LETRAMENTO E CRECHE**

Monografia apresentada na faculdade Sumaré como requisito parcial do curso de Pós Graduação, em alfabetização e letramento sob orientação da prof. Lilianne Magalhães.

**São Paulo**

**2013**

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus que me iluminou durante esta caminhada. Agradeço também ao meu esposo, Marcos Eli.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus que me possibilitou a vida guiando, inspirando a minha caminhada até aqui. Agradeço a SUMARÉ pela oportunidade, de tornar-nos educadoras com qualidade e consciência crítica. A minha Orientadora Liliane por estar sempre disposta a ajudar com incentivo, por cobrar quando necessário e ser a grande mediadora neste processo. Aos meus pais, irmãos, amigos, enfim pessoas que me incentivaram, acreditaram em meu potencial e estavam sempre ao meu lado nas horas boas e difíceis e foram imprescindíveis na luta para esta conquista. A todos também que de uma forma ou de outra contribuíram na elaboração e execução desse trabalho de conclusão de curso.

“(...) Por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa.”

(Emília Ferreiro)

## RESUMO

COSTA, Juscelina Carlos Silva, Letramento e Creche:. São Paulo, 2013. 59 p. Monografia (Pós Graduação) Instituto Superior de Educação Sumaré. São Paulo,2013.

Esta monografia, resultado do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento, apresenta uma pesquisa, de abordagem qualitativa, que discute práticas de letramento apresentadas por educadoras de creche da cidade de São Paulo. Tornou-se imprescindível, conhecer a concepção das educadoras acerca da alfabetização e do letramento na creche, além de analisar suas considerações em relação às próprias práticas, visando favorecer o desenvolvimento desses processos. Valendo-se da pesquisa bibliográfica e de campo, foram levantados os dados pertinentes por meio de entrevista, questionários e observação. Foram Entrevistadas seis educadoras que trabalham em creches de duas instituições de ensino da Educação Infantil da cidade. As análises evidenciaram que, em suas práticas, essas educadoras trabalhavam a alfabetização e Letramento de modo, os principais autores utilizados para a análise Maga Soares e Ana Teberosky , Telma Weisz.

A pesquisa realizada nos ajuda a compreender as práticas que podem levar as crianças a uma inserção de forma criativa no mundo da leitura e da escrita, ao qual eles já fazem parte.

**Palavras-chave:** Educação infantil; Alfabetização; Letramento.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1 Histórico da educação infantil</b> .....	15
1.1 Surgimentos das creches.....	19
1.2 Movimentos de mães pro creche.....	23
1.3 Dados sobre creche em São Paulo.....	26
<b>2 Compreendendo a relação entre alfabetização e letramento na creche</b> .....	28
2.1 Definindo alfabetização.....	29
2.2 Definindo Letramento.....	31
2.3 Letramento na Creche e a legislação sobre o tema.....	33
<b>3 As práticas de letramento na Educação Infantil</b>	37
3.1 A pratica do Letramento dentro da escola.....	37
3.2 Uso da oralidade no ambiente escolar.....	39
3.3 Atividades que propiciam alfabetização e letramento.....	43
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	49
<b>APÊNDICES</b> .....	51
<b>APÊNDICE 1-</b> Questionário para professores .....	52
<b>APÊNDICE 2-</b> Roteiro para entrevistas .....	56
<b>APÊNDICE 3-</b> Roteiro de observação no (CEI creche) .....	57
<b>APÊNDICE 4-</b> Observações sobre o espaço e estrutura .....	58



## INTRODUÇÃO

O tema, letramento na creche, foi escolhido para a realização desta pesquisa, porque ainda são muitas as dúvidas a cerca do tema e faz-se necessário entender como é que os professores das creches estão trabalhando com o letramento, e se existe um ambiente alfabetizado nestes espaços coletivos de aprendizagem. Para esclarecer e entender melhor essa questão, vou em busca de vivências, para entender como está sendo desenvolvido o processo de letramento e alfabetização na educação infantil. Muitas pessoas acreditam que a educação infantil está fora da escola e longe de um ambiente alfabetizador. Será que realmente isso acontece? Os espaços dos CEIS tem se constituído enquanto espaços de vivências em um mundo letrado? Como os professores, coordenadores e diretores lidam com o letramento dentro da sala de aula com as crianças?

Cabe então ressaltar que a autonomia defendida por Paulo Freire coloca o educando como parte do processo de construção do conhecimento e o educador é o responsável pela condução desse processo. Sendo assim se os professores trabalharem com o letramento e o lúdico em sala, acredito que as crianças seriam capazes, de construir os seus próprios conhecimentos, no entanto, muitos professores acham errado trabalhar com o letramento na educação infantil. Será que esses professores sabem o que é letramento? Ou são professores acomodados sem ir à busca de novos conhecimentos?

Cabe aos professores acreditarem e compreenderem o letramento como parte do processo de desenvolvimento do educando, criando ambientes que estimulem e provoquem interesse nas crianças.

Com um ambiente alfabetizador, com cantinhos de leitura, trabalhando assim a oralidade de forma significativa e motivadora, valorizando assim a cultura e os conhecimentos prévios dos alunos, pode-se possibilitar o desenvolvimento das crianças como um todo. Com incentivo da imaginação por meio dos contos as crianças podem aprender a trabalhar os seus próprios sentimentos, emoções e desejos, ampliando seus conhecimentos.

A partir do tema em questão vou em busca de respostas para a seguinte pergunta: De que forma os professores trabalham o letramento nas creches (CEI'S)?

E se disséssemos: De que forma os professores trabalham com práticas de leitura e escrita nas creches? Com base nas leituras de Telma Weisz e Emilia Ferreiro, Anna Teberosky, Froebel, Magda Soares, procurei observar se realmente possui um ambiente alfabetizador nas instituições de ensino e como essas práticas são desenvolvidas.

Buscando entender como e quando ocorre o letramento no ambiente escolar da educação infantil, o foco do trabalho foi observar se as creches trabalham com o processo de letramento e alfabetização, e se possuem um ambiente alfabetizador. Como os professores trabalham nesta instituição? Gostam de trabalhar com práticas de letramento em sala de aula? Se trabalham, de que forma? As crianças desenvolvem uma aprendizagem significativa, com esse trabalho?

Indago ainda: Será que os professores adotam praticas diárias de leitura na escola? Será que os professores fazem uso de vários suportes textuais como livros, jornais, revistas em sala de aula? De que forma estas práticas de leituras visam o desenvolvimento de habilidades leitoras e escritoras nas crianças pequenas?

Acredito que os professores das creches ainda não valorizam as práticas de letramento neste espaço coletivo de aprendizagem. Alguns deles acham que as práticas de alfabetização devem ocorrer apenas no primeiro ano do ensino fundamental e são contra “alfabetizar” as crianças na educação infantil.

Tendo em vista a falta de conhecimento dos professores sobre ambientes alfabetizadores e a falta de conhecimento por parte dos professores das creches sobre práticas de letramento acredito que os CEI's deixam a desejar no que diz respeito ao processo de alfabetização e letramento.

Muitos professores acham que trabalhar o letramento é ensinar as crianças a ler e escrever de forma sistematizada, e não compreendem que as crianças precisam de um ambiente alfabetizador, onde possam manusear os livros de

historias infantis, revistas, ouvir músicas, ilustrações de historias infantis, jogos, brincadeiras.

Acredito que os professores devem adotar em sua pratica pedagógica em sala de aula as leituras de textos, murais, entre outras atividades lúdicas que ampliem os conhecimentos das crianças. Neste contexto, a creche é um ambiente onde as crianças constroem seus conhecimentos sem deixar de ser criança.

Conforme Ana Lúcia Goulart de Faria (2005, p128), a creche é o lugar onde um profissional vai trazer para elas os ambientes de vida, num contexto educativo de organizar o tempo e o espaço do mundo adulto, organizando-os para que as crianças produzam as culturas infantis, para que as crianças sejam crianças. Crescer sem deixar de ser criança, construir dimensões humanas.

Portanto, os professores das creches que são contra trabalhar com o letramento em sala de aula, precisam ampliar os seus conhecimentos e entender que trabalhar com o letramento a criança não deixará de brincar e de ser uma criança ativa que produz seu próprio conhecimento, com a orientação dos seus professores. A partir da pergunta levantada tenho como objetivo entender de que forma os professores da educação infantil tem trabalhado o letramento. Para atingir esse objetivo tenho as seguintes metas:

- Observar quais atividades o professor desenvolve com as crianças;
- Descrever como o professor divide o seu tempo didático;
  
- Verificar se nos planejamento o professor contempla atividades de escrita, leitura e oralidade;
- Analisar o ambiente escolar para entender qual valorização é dada para a escrita;
- Observar e analisar o espaço físico;
- Analisar de que forma os professores trabalham a oralidade, Leitura, Escrita;
- Demonstrar se o ambiente escolar é letrado;

- Refletir se os professores estão preparados para trabalhar com o letramento em sala de aula.

A partir da realização deste estudo tentarei demonstrar que a prática de letramento na educação infantil é de suma importância para processo de alfabetização das crianças. A pesquisa tem como foco identificar a articulação entre as propostas educacionais desenvolvidas pelos profissionais dentro das unidades de educação infantil. Com a minha experiência na educação infantil, observo que não existe na prática o trabalho com o letramento nas creches, pois muitos professores acham que trabalhar letramento e alfabetização é ensinar a criança a ler e escrever e muitos falam que não podem alfabetizar na educação infantil, portanto por existir tantas dúvidas por parte dos profissionais da educação infantil que muitos não conhecem o que é letramento, e quando questionados observo total falta de conhecimento sobre o assunto.

Pensando nessa falta de conhecimento dos profissionais resolvi pesquisar sobre este tema: letramento e creche, observando se há creches na zona norte que trabalham o letramento com as crianças, e se eles oferecem um espaço de acesso à leitura e escrita. Percebo que a presença da escrita ainda hoje nas creches é vista com temor. Professores discutem sobre o tema e as opiniões se divergem há os que são a favor e os que são contra as práticas comunicativas e expressivas da educação infantil.

Porém, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2007) enfatizam que as propostas pedagógicas devem promover práticas de educação e cuidado que tratem de modo integrado os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança, entendendo-a como um ser integral. As diretrizes orientam que as propostas pedagógicas buscam a interação das diversas áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã a partir de atividades ora estruturadas, ora espontâneas e livres, contribuindo com o provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores, dentro de orientações específicas de acordo com a faixa etária.

Com esta pesquisa pretendo oferecer aos professores de educação infantil, apoio para compreender as crianças como sujeito de direitos e acesso aos bens culturais, e uma aprendizagem significativa, com o ambiente desafiador que promova construção de conhecimentos, por meio de diferentes linguagens, a inserção da criança no mundo letrado por meio das atividades desenvolvidas em seu cotidiano na sala de aula. Baseando-se na importância do ensino contextualizados sobre os conhecimentos prévios dos alunos e linguagens que circulem dentro do ambiente escolar, enriquecendo sua prática de ensino aprendizagem. Esse trabalho irá colaborar com educadores que desejam modificar ou aprimorar suas ações pedagógicas, dentro do ambiente escolar. Pois nós, professores, devemos respeitar as experiências cotidianas de nossos alunos e desenvolver um trabalho que acrescente e amplie seus saberes.

Com este trabalho pretendo mostrar como é importante a contribuição do letramento na aprendizagem das crianças no processo de alfabetização dando ênfase nas atividades lúdicas, oferecidas e realizadas pelos professores e crianças no ambiente escolar da educação infantil.

O estudo desta pesquisa é baseado nas dificuldades que grande parte de nossos professores apresentam sobre o letramento nas creches procurando observar o que causa essa defasagem no processo ensino-aprendizagem das crianças. Os instrumentos empregados foram a revisão bibliográfica, a

pesquisa de campo nas creches da zona norte de São Paulo, por meio de questionários e entrevistas aplicadas aos professores.

Na pesquisa de campo utilizei como instrumento de coleta: questionários, entrevistas, observação a campo e análise de documentos. Os questionários foram aplicado aos professores de duas escolas: Escolas A e Escola Z. As entrevistas

foram realizadas com dez professores destas duas creches conveniadas<sup>1</sup> de educação infantil em São Paulo.

Tentei analisar de que forma os professores percebem as práticas de leitura e escrita nas escolas de educação infantil e como estas são realizadas.

Observei como o trabalho com o letramento esta sendo desenvolvido dentro do ambiente educacional, com as crianças de 0 a 3 anos durante dois meses. Portanto, realizarei a pesquisa de campo nas instituições (CEI) dirigidas as crianças de 0 a 3 anos, que tem uma responsabilidade para com as crianças pequenas, em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Nas minhas observações tentarei verificar que material pedagógico é oferecido pelos professores para dar continuidade ao conhecimento trazido pelas crianças, a duração de cada atividade proposta pelos professores, quais as atividades que realizam como rotina dentro da sala de aula, se os professores valorizam os conhecimentos prévios dos alunos, como é feito a contação de historia para as crianças, se é oferecido o manuseio dos livros infantis pelas crianças, que tipo gêneros textuais são adotados, se os professores trabalham com sequências didáticas, e se o ambiente escolar é alfabetizador.

Este trabalho está dividido em três capítulos.

No capítulo um fala sobre o histórico da educação infantil o surgimento das creches, com os movimentos de mães pro creche e os dados sobre as creches de São Paulo.

---

<sup>1</sup> As creches conveniadas são instituições privadas que mantém convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo.

No capítulo dois trago os conceitos de alfabetização e letramento, definindo o que é alfabetização, e o que é letramento, ampliando com o letramento na creche e a legislação sobre o tema.

E no capítulo três analise dos dados colhidos por meio da pesquisa de campo, sobre a prática do letramento dentro da escola o uso da oralidade, leitura e escrita no ambiente escolar e as atividades que propiciam alfabetização e letramento.

## Capítulo 1 – Histórico da educação infantil

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns dados históricos da educação infantil bem como revelar como está a educação infantil em São Paulo.

Segundo o texto *A história da educação infantil no Brasil: avanços, Retrocessos e desafios* dessa modalidade educacional das autoras Jaqueline Delgado Pascoal e Maria Cristina Gomes Machado, antigamente a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Enquanto na sociedade contemporânea as crianças têm a oportunidade de frequentar um ambiente que propicie a socialização e permita que convivam com outras crianças e adultos, facilitando assim o aprendizado e interação de sua cultura. E ao longo dos anos a educação infantil foi ganhando espaço e importância na história.

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto às mães saíam para o trabalho. O que não muda muito o conceito do nosso país pois, antigamente as instituições de educação infantil tinha um olhar mais voltado ao cuidar e não ao educar. Sua origem, na sociedade ocidental, de acordo como MACHADO e PASCHOAL cita Didonet (Machado e Paschoal apud Didonet 2001), baseia-se no trinômio: mulher-trabalho-criança. As creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças.

Cabe então ressaltar que, e chamadas crianças enjeitadas. Já no segundo momento, foram fundadas as Rodas dos Expostos, que eram instituições católicas, que se espalharam pelos países católicos e foram implantadas no Brasil no início do século XVIII, a Santa Casa de Misericórdia; tinha como objetivo acolher crianças das primeiras idades, sem identificar as pessoas que as abandonavam.

Porém a história de educação no Brasil deu início com a chegada dos Jesuítas, ainda que a marca fosse mais de instrução de matéria religiosa do que de

instrução de outra natureza (como leitura e escrita). E a partir de 1549, a Companhia de Jesus ocupou-se de educar as crianças, vistas como uma folha de papel em branco, fácil de ser moldada e educada para a submissão e disciplina. Havia também uma distinção entre as crianças da casa-grande e as crianças escravas: para as primeiras, além da educação jesuíta oferecida a partir dos seis anos, era reservada instrução em casa para a aprendizagem das primeiras letras; para as demais, nenhum direito à educação, mas o dever de aprender algum ofício, também a partir dos seis anos.

No ano 1888, houve um projeto oficial dos dirigentes do Brasil para acompanhar as condições de higiene, alimentação, sono entre outros aspectos dos expostos (RIZZINI, 1997). Já no final do século XIX, o Estado, em sua postura preventiva, tomou para si a função de zelar pela educação das crianças, nos cuidados familiares que lhes faltavam, para controlar essa fase da vida e, conseqüentemente, investir no futuro da nação, pois no século XIX não havia uma política educacional e sim uma política jurídico – assistencial de atenção à criança; as crianças que tinham casa e família ficavam sob os cuidados da própria família. E o Estado tinha um olhar voltado apenas para as crianças que, representavam perigo para a sociedade.

No dia primeiro de março de 1919, foi criado o Departamento da Criança no Brasil, como a primeira iniciativa de abrangência nacional com atuação em diversas frentes, com a tarefa de arquivar dados referentes à proteção da criança, divulgar conhecimento, promover congressos e cursos educativos em puericultura e higiene infantil. Em 1922, no mês de agosto e setembro, no Rio de Janeiro, foi realizado o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI). Com objetivo de “tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se referiam à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado”

Na década de 1940, surgiram diversos órgãos e iniciativas voltadas para a proteção à criança, com ênfase na educação, mas vamos destacar aquelas que se ocuparam, especificamente, da criança de zero a seis anos. Em 1942, surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), como uma iniciativa que contava com o poder público e privado, objetivando proteger a maternidade e a criança nos primeiros anos de vida.

Citando Rosemberg (Silva e Francischini apud Rosemberg 2003) mostra que o primeiro projeto foi denominado projeto casulo atendia crianças de quatro a oito horas diárias realizando atividades de acordo com a faixa etária, e mostravam também uma preocupação com a alimentação das crianças. O projeto casulo foi fruto de uma união entre o governo e organismos intergovernamentais, principalmente o Fundo das Nações Unidas para a infância. Rosemberg defende a idéia de que essa união tinha o mesmo propósito para os dois lados envolvidos: o enfraquecimento das tensões, conflitos e contradições presentes que vivia sob o regime militar.

Desta forma, projetos como o Casulo era estratégias preventivas para diminuir as diferenças, desigualdade e as possibilidades de conflitos. A autora continua falando sobre a historia da educação infantil no país que está inserida na história da assistência para a criança. Se o termo 'menor' fora construído jurídica e socialmente tendo por base as posturas e práticas junto a uma parcela da população brasileira, a parcela das crianças desamparadas, temos também uma concepção de criança norteando as práticas no âmbito educacional.

Já em relação aos documentos a autora fala que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma expansão do atendimento educacional, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, criação da COEPRE como ação do Ministério de Educação junto à educação de crianças de quatro a seis anos, com a finalidade de realizar um plano de abrangência nacional de educação pré-escolar, por meio de estudos e contatos diversos.

A autora também relata os pontos divergentes dos documentos, que apresenta dificuldades em definir as funções da educação infantil desde o surgimento até os dias atuais: onde as ações teriam um caráter assistencialista, compensatório ou educacional, mas já a partir da década de 90 a autora ressalta alguns pontos importantes como: a função educativa ganha força junto às crianças de zero a seis anos, a Constituição Federal de 1988, traz a dever do Estado de oferecer creches e pré-escolas para todas as crianças de zero a seis anos, enfatizando os artigos 53 e 54, direito da criança a educação. Sendo dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Pois no artigo 71 a autora mostra que a criança, é considerado preventivo, o direito à cultura, lazer e diversão na medida em que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

No ano de 1994, nasceu o primeiro documento de Política Nacional de Educação Infantil com o intuito de expandir a oferta de vagas para a criança de zero a seis anos e fortalecer a associação dos aspectos de cuidado e educação junto às crianças nas instituições de educação infantil. Dando continuidade a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece que a educação é um dever da família e do Estado, que será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos. Inicialmente, a LDB garantia a educação infantil para as crianças até os seis anos, mas em fevereiro de 2006, a Lei 11.274 dispôs sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos.

Em seus artigos 11, 12 e 13 a LDB estabelece que cabe aos municípios oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e aos próprios estabelecimentos de ensino a elaboração e execução da proposta pedagógica, assim como administração do seu pessoal e dos recursos materiais e financeiros, sendo que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica de cada estabelecimento. No artigo 18 estabelece que as instituições de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal, assim como as criadas e mantidas pela iniciativa privada fazem parte do sistema municipal de ensino. A LDB

faz também uma classificação administrativa das instituições de ensino em seu artigo 19, classifica como públicas as instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e como privadas as instituições mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

A LDB considera, em seus artigos 29 e 30, a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, sendo oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos e, pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos. Enquanto o artigo 62, determina que o profissional da educação responsável pelo exercício do magistério na educação infantil deve ter como formação mínima a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A LDB também demonstra um estreitamento na relação entre cuidar e educar, na medida em que percebe a criança como um ser integral e específico, que merece atenção em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Observamos, a partir das leituras realizadas, que a preocupação com a educação infantil tem crescido, no entanto há muitas mudanças a serem feitas desde o surgimento da creche.

### **1.1 Surgimento das creches**

No Brasil, a creche surge, no final do século XIX, decorrente do intenso processo de industrialização e urbanização que o país estava vivendo. A creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico. Essas diferenças exigem que seja analisada na sua especificidade, para que se possa compreender a trajetória desse nível de ensino no caso brasileiro e na relação que estabelece com o contexto universal.

Nos países europeus as instituições tinham um olhar mais pedagógico não ficando só no cuidar do bem estar e físico das crianças já no Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas.

As autoras relatam que outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” ( Rizzo 2003,p.37 apud Pascoal e Machado,2009). Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, comesçassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar.

Com o passar do tempo e o avanço da industrialização e aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelo serviço das instituições de atendimento à infância. Para Haddad (1993), os movimentos feministas que partiram dos Estados Unidos tiveram papel especial nas mudanças do significado das instituições de atendimento à criança, porque através desse movimento as feministas mudaram seu intuito, defendendo a ideia de que tanto as creches como as pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição econômica. O resultado desse movimento resultou no aumento do número de instituições mantidas e geridas pelo poder público.

Já no texto “Surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil”. Observa-se que ao passar dos anos se via uma grande preocupação em atender essas crianças carentes de vários fatores principalmente o cultural, observando que no final dos anos setentas ainda não havia nenhuma

preocupação em criar uma legislação que garanti-se os direitos dessas crianças levando quase um século para que essas crianças tivessem seus direitos à educação na legislação, somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

Cabe no entanto, ressaltar que a partir daí a constituição passou ter uma valiosa contribuição na garantia dos direitos das crianças, visto que, por ser fruto de um grande movimento de discussão e participação da população civil e poder público, “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil” (LEITE FILHO, 2001, p. 31). Na realidade, foi somente com a Constituição que a criança de zero a seis anos passa a ser considerada como sujeito de direitos.

Dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90- que ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades.

A partir desse movimento e dessas criações começa-se a se pensar em políticas educacionais e para se compreender essas políticas é necessário entender as desigualdades de rendas e de poder a através de algumas pesquisas e estudos. É criado três tipos de instituições educacionais, as creches, as pré- escolas e as escolas de ensino fundamental. No caso da creche e pré-escola, essas instituições passam a integrar os sistemas de ensino a partir da LDB 9394/961. Nela a educação infantil passa a fazer parte da educação básica, tendo como finalidade, de acordo com a lei, “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementado a ação da família e da comunidade”.( BRASIL,1996)Desconsiderando as questões de origem, projetos e expectativas presentes nas práticas de tais instituições, assim como a trajetória da formação de seus profissionais, a lei dispõe que o que marcará a diferença entre as duas modalidades de atendimento (creche e pré-escola) será somente o grupo

etário: creches, crianças de até 3 anos, pré-escolas, crianças de 4 a 6 anos. Com a promulgação da LDB, todo atendimento à infância que estava no campo da saúde e da assistência e que tinha como eixo cuidar-educar passou a ser responsabilidade das secretarias de educação. Mas como a demanda era bem menor que a procura essas duas instituições eram a maioria geridas por profissionais leigos e como o governo queria expandir esses atendimentos mesmo depois da criação da LDB esses atendimentos ainda ficaram na mão de leigos.

Nos artigos 11, 12 e 13 da LDB é estabelecido que cabe aos municípios oferecer educação infantil em creches e pré-escolas e aos próprios estabelecimentos de ensino a elaboração e execução da proposta pedagógica, assim como administração do seu pessoal e dos recursos materiais e financeiros, sendo que os docentes responsáveis de participar da elaboração da proposta pedagógica de cada estabelecimento.

Já o artigo 18 estabelece que as instituições de educação infantil mantidas pelo poder público municipal, assim como as criadas e mantidas pela iniciativa privada fazem parte do sistema municipal de ensino. A LDB faz também uma classificação administrativa das instituições de ensino em seu artigo 19: classifica como públicas as instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e como privadas as instituições mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Observa-se que as creches públicas apresentam um ingresso mais precoce da criança e permanência durante o dia inteiro, maior número de crianças por instituição e por grupos etários, assim como rotinas marcadas por longos horários dedicados à higiene, alimentação e sono, enquanto curtos períodos são destinados às atividades lúdicas e pedagógicas. Já nas creches privadas é mais frequente a opção por um turno e o ingresso mais tardio da criança; as instituições são menores, com número menor de criança por grupo etário e as rotinas são mais flexíveis, com menor tempo dedicado à higiene e alimentação e uma variedade maior nas demais atividades.

Ainda nos reportando à LDB, essa considera, em seus artigos 29 e 30, a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, sendo oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos e, pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos. O mesmo documento, em seu artigo 62, determina que o profissional da educação responsável pelo exercício do magistério na educação infantil deve ter como formação mínima a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. E assim a LDB nos mostra o conflito entre o cuidar e o educar e a importância dos profissionais que atendem essas crianças de terem uma formação adequada cobrirem os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Outra pesquisa realizada na Fundação Carlos Chagas sobre A rede de creches no município de São Paulo responde a questão como: Como surgiram as creches em São Paulo? Como foi seu desenrolar dos acontecimentos? Aspectos? Soluções? Atividades criadas e descobertas sobre a educação infantil?

A história do atendimento a infância em São Paulo é importante, não só para a cidade, como também pelo papel disseminador que ela tem desempenhado junto aos demais municípios e até outros estados do país.

As autoras CAMPOS; ROSEMBERG e HADDAD (1990) nos mostram que: No início do século, algumas indústrias incluíam a creche entre os benefícios oferecidos aos seus trabalhadores. Nessa época, essas empresas procuravam garantir serviços necessários à reprodução de sua força de trabalho, como por exemplo construindo vilas operárias, escolas, etc. Mesmo a legislação trabalhista do ano de 34 ter definido algumas obrigações das empresas como contarem com local mais apropriado para as funcionárias amamentarem suas crianças; essa lei foi pouco cumprida voltando a ser objeto de discussão mais recentemente.

Com isso surgiu a partir da década de 70 inicia-se sob o impacto das propostas de educação compensatória, que começavam a ser divulgadas no país, e as secretarias de Educação e Bem-Estar adotam novas posturas para seu trabalho com a criança pequena.

Hoje sabemos que as creches não são mais cuidadas pela assistência social e sim pelas secretarias de educação.

## **1.2 O Movimento de mães pro creche**

E gostaria de destacar aqui um movimento que marcou várias mudanças no que diz respeito às políticas para a pequena infância: O movimento de mãe pro

creche. O movimento de luta Pró-creche (MLPC) teve origem em Belo Horizonte, no final de 1978.

As mulheres dessa época necessitavam de lugares melhores para amamentar seus filhos já que com a revolução industrial muitas das mulheres começaram a sair para trabalhar e ajudar no sustento de suas famílias. Porém com todo esse movimento da década de 30 a prefeitura do estado de São Paulo criou os “parques infantis” que tinha o objetivo não só de cuidar, mas de oferecer as crianças um ambiente de recreação e lá para a década de 70 esses parques infantis passam a ser chamadas escolas municipais de educação infantil.

E com todo esse movimento de reivindicação das mães por direito a creches em meados de 82 com a grande procura e pouca demanda começa um movimento das creches conveniadas reivindicando melhorias e ajustes no convenio com a prefeitura.

No entanto, como nos mostra a pesquisa “Rede de creches no município de São Paulo,” do Instituto Carlos Chagas, as creches não tiveram uma grande mudança como imaginávamos.

Na década de 30, quando Mário de Andrade era diretor do Departamento de Cultura do Município, a prefeitura de São Paulo criou os "parques infantis", com propósito de recreação e guarda para os filhos de trabalhadores (Escola Municipal, 1985, pp. 11- -16).

Em meados da década de 70 inicia-se sob o impacto das propostas de educação compensatória, que começavam a ser divulgadas no país, e as secretarias de Educação e Bem-Estar adotam novas posturas para seu trabalho com a criança pequena: os parques infantis passam a ser chamados de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIS, com o objetivo de preparação para o 1º grau, atendendo crianças de 4 a 6 anos em dois períodos diários; são criados os PLENEDIs - Plano Nacional de Educação Infantil anexos as Escolas Municipais de 1º grau, com turmas de mais de 100 crianças de 5 a 6 anos, com ajuda de mães voluntárias, programa este que teria curta duração.

A secretaria do Bem Estar, ganha proposta da implantação de creche municipal diretamente gerida pelo Estado, sendo elaborado o projeto dos Centros Infantis. Esse fato mostra-se fundamental, no período seguinte, no sentido de conformar o tipo de resposta que o Estado vai dar aos movimentos de reivindicação.

Nos anos 80, os problemas à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada; a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; insuficiência de docente qualificado, escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade leva as autoridades a rever o processo educativo.

Através de congressos, da ANPED<sup>2</sup> e da Constituição de 88, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino (tanto creches como pré-escolas).

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural. Ela desmascara a educação

---

<sup>2</sup> ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976 graças ao esforço de alguns Programas de Pós-Graduação da Área da Educação, tem por finalidade o desenvolvimento e a consolidação da pós-graduação e da pesquisa na área de Educação no Brasil.

compensatória, que delegava à unidade de ensino a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Porém, essa descentralização e municipalização do ensino trazem outras dificuldades, como a dependência financeira dos municípios com o Estado para desenvolver a educação infantil e primária. O Estado nem sempre repassa o dinheiro necessário, deixando o ensino de baixa qualidade, favorecendo as privatizações.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência, criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esses foram os acontecimentos dessas décadas de 30, 70,80 com grandes movimentos e lutas por vagas e melhorias nas creches e com a união de creches conveniadas, esses foram a grande modificação e acontecimentos históricos que marcaram o surgimento de creches.

### **1.3 Dados das creches em São Paulo**

Segundo o texto “A rede de creche no Município de São Paulo” das autoras CAMPOS; ROSEMBERG e HADDAD (1990) a concentração relativa de creches conveniadas em determinadas regiões da cidade, preferencialmente nas zonas centrais de urbanização mais antiga, levanta um ponto importante para a discussão de propostas de expansão de vagas em creches apoiadas no setor privado.

Se esta tendência de concentração do subsistema conveniado em regiões centrais de difícil correção, pois obedece a leis de mercado, a atuação do Estado corrigindo este viés é possível através de um plano de construção de equipamentos em regiões pré-fixadas.

As autoras relatam que ao passar dos anos de 70 para hoje tivemos um número considerável de creches conveniadas do que as diretas, pois, a prefeitura do estado de São Paulo está dando mais acessibilidade as conveniadas facilitando seus convênios, mas também cobrando a qualidade de serviço. No anos 90 existiam 596 creches que atendiam 63.998 crianças. Sendo 372 CEIS conveniadas e 218 diretas, as conveniadas correspondia ao maior número entre as CEI. As conveniadas correspondem ao maior número sendo assim é cobrada e sendo exigidas algumas questões, como mais capacitação e não entregando esse serviço na mãos de leigos.

Atualmente em São Paulo a rede municipal de ensino é o maior sistema do país, com quase 1 milhão de alunos, 8,2% dos 11,3 milhões de habitantes da cidade.

Somados aos pais e familiares, envolve quase cinco milhões de pessoas ultrapassando, e muito a população da maioria das capitais brasileiras. Com mais de 83,7 mil funcionários, entre educadores e pessoal de apoio, a rede tem 1.459 escolas espalhadas por todos os cantos da cidade administradas diretamente pela Secretaria Municipal de Educação. Acrescentam-se a elas as 343 creches indiretas, operadoras por entidades conveniadas, e os 1.171 convênios assinados com creches particulares e entidades alfabetizadoras.

Portanto em São Paulo temos hoje em (29 maio de 2013) o total de 934.376 alunos, sendo 2.114 escolas de educação infantil, com 343 creches diretas e 1.117 creches conveniadas, de acordo com dados retirados do Portal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Percebe-se que em números, a rede é muito grande, mas e as práticas realizadas nessas escolas? Ocorrem práticas e vivências de alfabetização? No capítulo seguinte trataremos mais detalhadamente sobre o assunto.

## **Capítulo II - Letramento: compreendendo a relação entre alfabetização e letramento na creche.**

Nesta pesquisa foi feito um breve levantamento bibliográfico na Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação (ANPED), mais especificamente no grupo de trabalho (GT) educação da criança de 0 a 6 anos. Neste levantamento foram encontrados quinze trabalhos que se relacionam com a minha pesquisa, porém três deles tem uma relação direta com a pesquisa aqui empreendida.

O primeiro “Pesquisar a compreensão compartilhada em contextos da educação infantil: (re) visitando Barbara Rogoff e Urie Bronfenbrenner” de autoria de Maria Teresa Telles Ribeiro Senna, autora objetivou contribuir com pesquisas para a educação infantil, apresentando reflexões de alguns estudos do desenvolvimento das crianças, com a proposta de avaliar e inserir a família, escola e comunidade para que assumam o verdadeiro papel de uma educação saudável ali inserida.

No segundo “A Compreensão das Relações de Parentesco pelas Crianças na brincadeira de faz de conta em contexto de educação infantil” de autoria de Renata da Costa Maynard e Lenira Haddad as autoras observam as crianças em uma perspectiva sociointeracionista, discutem as relações de parentesco em situações de brincadeira com crianças da mesma idade. Porém tem o brincar como um espaço privilegiado para as suas observações, na busca pela compreensão de si e do outro, pois é nas brincadeiras de faz de conta onde as crianças expressam os verdadeiros papéis e sentimentos do seu meio social e cultural e assim discutem algumas implicações para educação infantil.

Já no terceiro trabalho “Fios de temporalidades na educação infantil” escrito por Cristiane Elvira de Assis Oliveira, a autora narra o olhar/sentir das professoras da Educação Infantil, em tempo integral. Referindo-se às maneiras como as crianças da Educação Infantil vivem em seu cotidiano escolar em tempo integral. E em pesquisa com as professoras visualiza outras formas das crianças experienciar

seu tempo no cotidiano escolar. Então cabe ressaltar a importância dos professores dialogarem e refletirem, como a criança vivencia sua prática em seu cotidiano.

Outra pesquisa realizada por mim na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (ADTD) utilizando o descritor letramento e creche em que foi possível encontrar somente um trabalho que tem como título “É na creche que se aprende a ir a escola: um estudo sobre as orientações de letramento das crianças em uma creche comunitária na periferia de Porto Alegre no ano de 2012”, de autoria de Luciene Juliano Simões. Esta pesquisa teve como objetivo descrever e analisar os eventos de letramento nos quais as crianças eram participantes.

Para conseguir seus objetivos a autora realizou trabalhos de campo, análise documental, entrevistas em áudio, registro em audiovisual, observação participante. Por meio das análises dos dados a autora concluiu que o letramento é contínuo dentro da creche e que, os professores preparam as crianças para sua melhor inserção no futuro, fazendo com que a criança participe de vários eventos que as levem ao letramento. Também pretende com esse trabalho viabilizar a construção de algumas formas de melhorar a atuação dessas escolas, valorizando outras práticas de letramento que não seja somente as que partem das escolas.

Sobre o tema alfabetização e letramento foram encontrados vários trabalhos que destaco a seguir.

## **2.1 Definindo a alfabetização**

Citando FERREIRO (apud Ferreiro explica que: a alfabetização é um processo interno, que acontece de formas diferentes em cada indivíduo dependendo da forma com que é estimulado por seu meio ambiente. É caracterizada por grandes dificuldades e conflitos a nível cognitivo, levando a criança a aventura excitante, repleta de incertezas, com muitos, momentos críticos, nos quais é difícil manter a ansiedade sob controle” (pág. 63)

Segundo a afirmação de Ferreiro (1999, p.47) “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. A autora também defende que, de todos os grupos populacionais as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de modificar ressalta ainda que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (Ferreiro, 1999, p.23)

Dando continuidade, Ferreiro fala que a alfabetização é um processo no qual o indivíduo assimila o aprendizado e utilização como código de comunicação. Esse processo não se deve resumir apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar e produzir conhecimento. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral.

Segundo o dicionário Aurélio alfabetização é a ação de alfabetizar; ou difusão do ensino primário, restrita ao aprendizado da leitura e a escrita rudimentar.

Antigamente pensava na alfabetização como um método, mas Emilia Ferreiro mudou essa concepção, nos revelando que alfabetização é estar em constante coordenação de informações e reconstrução de seu conhecimento adquirido, provocando assim mudanças internas e grandes avanços para se chegar pleno desenvolvimento da escrita e da leitura.

Com a pesquisa do censo que ocorreu em 1950 certificou-se que alfabetizado é o indivíduo com capacidade não só de ler e escrever, mas uma prática de leitura e escrita.

Para a UNESCO a alfabetização funcional é :

Uma pessoa é funcionalmente alfabetizada, podendo se envolver em todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento eficaz do seu grupo e comunidade e também para permitir-lhe continuar e utilizar a leitura, escrita e cálculo para sua própria e os de desenvolvimento da comunidade.

Antes do surgimento da palavra letramento; havia vários termos como: analfabetismo, analfabetismo funcional, e o iletrismo.

O primeiro se caracteriza pelo falta de compreensão ou produção de uma mensagem escrita, PR mais simples que fosse. No entanto o segundo dominava as técnicas, depois de vários anos na escola, mas perdeu o domínio por falta de uso. Enquanto o terceiro ele é afastado completamente do mundo da comunicação escrita, não sendo familiares de livros, jornais.

Citando Foucambert (Oliveira apud Foucambert 1994), nos mostra que somos iletrados em muitos campos, já citando Tfouni (Oliveira apud Tfouni 2006) para o autor não existe iletrismo, pois o termo está em desuso, mesmo encontrado em muitos discursos.

Para Soares (2003), a alfabetização é considerada uma ação, a maioria acha que aprender o código, aprende a ler, se realmente fosse verdade, o Brasil não teria um índice de analfabetismo tão grande.

## **2.2 Definindo Letramento**

O Dicionário Houaiss (2001) define letramento como “um conjunto de práticas que denota a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito” e, assim

como em diversos países, o termo serviu para nomear e reconhecer as práticas de leitura e escrita que circulam socialmente.

No Brasil, o termo letramento foi usado pela primeira vez por Mary Kato (1986) numa obra intitulada “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”.

Depois disso, muitos autores se interessaram pelo tema, tendo como consequência diversas pesquisas científicas.

No entanto, Paulo Freire utilizou o termo alfabetização com um sentido aproximado de letramento, para designar uma prática sociocultural de uso da língua escrita que vai transformando-se ao longo do tempo, segundo a época e as pessoas que a usam, podendo vir a ser libertadora.

Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (Paulo Freire, 1987, p.08)

A outra dimensão abordada por Soares (2004) é a dimensão social do letramento, a qual considera o mesmo uma prática social, ou seja, o uso que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita em um determinado contexto, relacionando-as com suas necessidades, valores e intenções.

A autora também cita o Dicionário do Discurso (2004 p.300), explicando três pontos principais. Primeiro, saberes elementares: ler, escrever e contar, em seguida uso social da escrita, acrescentando o questionamento e por ultimo inclui o analisar o uso da escrita.

Citando Kleiman (2005) Oliveira nos fala que “o letramento é um fenômeno em que precisamos destacar a diferença entre o oral e o escrito, separando-os dos fenômenos sociais e culturais”.

No texto “ O que é letramento, de Magda Soares (2003), acrescenta que a pessoa precisa de apropriar do sistema de escrita, dando exemplo do filme Central

do Brasil, onde algumas personagens conhecem a carta mas não podiam escrevê-las, por serem pessoas analfabetas, outro exemplo dado foi do universo infantil, que a criança em posse de um livro passa o dedinho como se estivesse lendo, o inverso, sendo crianças letradas e não alfabetizadas.

Outro ponto importante é relacionado ao contexto social, quando a autora aponta que há uma preocupação em alfabetizar, mas não se preocupa no contexto social da criança. Como alfabetizar, se os alunos não têm condições de comprar livros e revistas.

A autora abre um importante parêntese quando fala que mesmo havendo distinção entre alfabetizar e letrar, ao mesmo tempo é fundamental que entendamos que são inseparáveis com suas especificidades. Mas explica que um dos grandes fracassos é pensar em que não se pode letrar antes de alfabetizar ou contrario.

A autora Soares enfatiza que é necessária a política social da leitura, sendo contextualizada e não pelo exemplo da cartilha, com exemplos nunca vistos pelas crianças.

A autora também mostra que o letramento não faz parte somente da disciplina de Língua Portuguesa, mas sim o trabalho de todas as disciplinas, ficando cada professor responsável pelo letramento de sua área.

### **2.3 Letramento na Creche e a Legislação sobre o tema**

Citando Kleiman (2005, p.12) letramento não é um método, sendo assim é “ um conjunto de atividades desenvolvendo a língua escrita para alcançar determinado objetivo numa determinada situação, associados aos saberes, às tecnologias e às competências necessárias para sua realização. Assim, consideramos que as práticas de letramento no ensino regular precisam estar presentes desde a educação infantil, principalmente se considerarmos que cada vez mais existem uma

antecipação da escolaridade. Sendo assim as práticas de letramento deveram estar presentes como produtoras de cultura respeitando tempo e o espaço da criança da educação infantil.

Conforme DUARTE; RODRIGUES; RODRIGUES; COELHO citando Mello (Duarte, Rodrigues, Rodrigues, Coelho apud Mello 2005)

A relação da criança com a cultura – muito antes do domínio da fala - dá-se por meio de leituras diferentes, e sua expressão pelas crianças igualmente envolve diferentes linguagens. No entanto, numa cultura marcada pela centralidade da escrita, tende-se a não ter olhos para perceber. Por isso, a discussão, a reflexão e a troca de experiências de práticas docentes envolvendo as linguagens infantis e as linguagens na educação infantil são muito bem-vindas neste momento histórico da educação das crianças pequenas e pequenininhas que vivemos hoje.

A creche é o local onde a criança constrói suas dimensões humanas sem deixar de ser criança. Conforme Ana Lúcia Goulart de Faria (2005, p.128)

“A creche é o lugar onde um profissional vai trazer para ela os ambientes de vida num contexto educativo. Não vai dar aula, mas desorganizar o tempo e o espaço do mundo adulto, organizando-os para que as crianças produzam as culturas infantis, para que as crianças sejam crianças. Crescer sem deixar de ser criança, construir dimensões humanas.

Neste sentido também nos alerta Mello ( 2005) que:

O grande desafio da educação infantil está exatamente em, em vez de se preocupar em ensinar as letras, numa perspectiva redutora de alfabetização (ou de letramento), construir as bases para que as crianças possam participar criticamente da cultura escrita, conviver com essa organização do discurso escrito e experimentar de diferentes formas os modos de pensar escrito. (p.16)

É preciso considerar a importância da interação com diferentes tipos de textos promovendo a aquisição da linguagem tanto oral quanto escrita, bem como o uso de diferentes linguagens na educação infantil de forma a possibilitar a criança uma apropriação do mundo.

Alfabetização e Letramento das autoras Faria & Dias (2013) destaca a importância da formação do professor para que possa evoluir-se em conhecimentos e experiências profissionais se faz necessário acompanhar as mudanças que ocorrem no sistema de ensino e da área legislativa.

Em nossa atualidade com as mudanças legislativas, vemos que a obrigatoriedade para seis anos, aumentando desta maneira o período do Ensino Fundamental, de oito para nove anos, como consta na LDB 9394/96.

A mudança trazida pela trajetória educativa busca melhorias no atendimento e trazer um impacto para a qualificação profissional, como exemplo algumas leis em destaque:

A lei de nº 4.024/1961, que estabelece a obrigatoriedade do ensino primário para quatro séries anuais, e ainda, de acordo com seu Art. 26. Parágrafo único: “Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.” O acordo de Punta Del Leste a Santiago/ 1970, que estende para seis anos o ensino para todos os brasileiros;

A lei nº 5. 692/1971, que em seu Art. 18, institui a obrigatoriedade do então ensino de 1º grau para oito anos letivos, contemplando pelo menos 720 horas de atividades por ano

A lei nº 9.394/1996 estabelece o Ensino Fundamental obrigatório de oito anos, com iniciação aos sete anos de idade; por meio de seu Art. 32, “o ensino fundamental terá duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito.”

A lei nº 11.114/2005, que altera a 9.394/1996 e tornou obrigatório o início do Ensino Fundamental, aos seis anos de idade, e por fim, a lei nº 11.274/2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração com inclusão das crianças de seis anos de idade. É importante criar um diálogo produtivo entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sendo essencial que o professor esteja envolvido no processo para definir as atividades que as crianças vão desenvolver no 1º ano e

quais são as expectativas de aprendizagem, que se tem em relação a elas. Só assim as crianças têm condições de avançar e nessa perspectiva, é essencial que o professor seja portador ou esteja preparado para trabalhar com o aluno na sua totalidade, respeitando suas necessidades emocional, social e afetiva.

Ainda neste mesmo contexto, Soares (2004) compartilha seus conhecimentos por meio de sua pesquisa sobre Letramento e Alfabetização reflexões desta trajetória a evolução, conceituações, polêmicas, perspectivas teóricas e da prática pedagógica.

...a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento – entendido este, no que se refere a etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas . (p.16).

Soares nos mostra que um dos desafios que se coloca hoje aos professores, nos mostra a autora Soares (2004) que ao trabalhar na perspectiva da alfabetização e do letramento, somente será possível se for assegurado uma ação pedagógica coerente e adequada à contemporaneidade. Isso possibilitará ao aluno a apropriação do sistema linguístico e a plena condição de uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita e das diferentes linguagens produzidas culturalmente.

No próximo capítulo, vou falar sobre as práticas de letramento na Educação Infantil desenvolvidas dentro do ambiente escolar de duas CEI's conveniadas da Zona Norte no Estado de São Paulo.

## Capítulo III – As práticas de letramento na Educação Infantil

### 3.1 A prática do Letramento dentro da escola

De acordo com as minhas observações, pesquisas e entrevistas, realizadas em duas CEI's de São Paulo, localizadas na Zona Norte. A escola X fica no bairro da Brasilândia e a escola Z fica no bairro do Jardim Guarani. São creches conveniadas pela Prefeitura de São Paulo e Secretaria Municipal da Educação, que presta serviços as crianças carentes da periferia e comunidade do Estado de São Paulo. Pude perceber que a prática do letramento dentro da escola de educação infantil, precisa ser mais trabalhada, o tempo didático precisa ser repensado quanto as atividades aplicadas com as crianças em sua rotina dentro do espaço escolar.

As maiorias dos professores responderam que tem dúvidas sobre o letramento mais trabalha com contação de historia, quase todos os dias. Esses professores responderam que o tempo estipulado para as atividades é de 10 a 15 minutos, e que só realizam as atividades aplicadas no planejamento não saem da rotina, possuem uma rotina permanente e que fazem as mesmas coisas quase todos os dias, não recebem apoio pedagógico e que por isso torna-se difícil o trabalho com as crianças.

E difícil porque a escola X não possui biblioteca, muito menos livros revistas, gibis e jornais, entre todos esses citados eles possuem mais acesso a revistas, e com isso fazem leitura de imagem, já na outra escola Z, não possuem biblioteca mais tem acesso aos livros, revistas, só os gibis, jornal que nunca tiveram acesso. Porém os livros que chegam à sala delas não podem ser rasurados ou estragados pelas crianças por isso não deixam as crianças manusearem os livros, livros estes que não são elas que escolhem é a volante que escolhe para elas sem saber qual a necessidade da turma. Porém o Referencial Curricular Nacional esta disponível para que todos tenham acesso e realizem atividades baseadas como:

O Referencial Curricular Nacional para educação infantil- RCNE (1998, vol3) ressalta a importância do manuseio de matérias, de textos,( livros, jornais, cartazes, revistas etc) pelas crianças, uma vez que ao observar produções escritas a criança, vai conhecendo de forma gradativa as características formais da linguagem.

E com esse trabalho realizado, torna-se um ambiente rico para as crianças agradando a todos e ao mesmo tempo esta trabalhando com o letramento dentro do ambiente escolar com as crianças.

Porém com todas essas informações ainda assim muitos educadores não realizam contação de histórias todos os dias para as crianças somente de três a quatro vezes por semana e não estimulam as crianças a participar da contação de história, questionando quem gostou mais da história quem é o autor que conta esta história linda, os ilustradores, o relato de forma oral onde o professor pode ir escrevendo para montar com as crianças outra nova história baseada na que já foi contada e assim sucessivamente.

Nas observações falta organização no planejamento para que possam dirigir bem o tempo didático e oferecer as crianças uma atividade bem planejada e que provoque interesse por parte das crianças.

A escola X não possui um ambiente alfabetizar as salas são limpas sem escritas sem cartazes os professores não expõe as atividades dos alunos para que eles mesmo possam apreciar as suas produções. Já a escola Z possui um ambiente alfabetizador com muitos ambientes de escritas, os professores tem acesso a biblioteca escolhem os seus livros de acordo com a realidade e necessidade da sua turma, tentam colocar em praticas algumas atividades relacionadas ao letramento, não trabalham com gibis mais oferecem para as crianças contação de histórias, brincadeiras dirigidas e livres, jogos onde as crianças aprendem de forma lúdica as cores os números, aprende a respeitar o outro e etc. como sugere Platt (2007. p.148):

Todo tempo gasto com a brincadeira é um tempo valioso. Os vários tipos ajudam diferentes fases do desenvolvimento e do aprendizado, como o aumento das aptidões físicas e mentais. E são uma oportunidade para a criança se dar bem com os colegas e aprender sobre relacionamentos.

São atividades que proporcionam as crianças momentos de reflexão, atitudes habilidades e criatividade, e prazer pelo que faz, o professor conta as histórias e convida as crianças para participar incentivando a falar o que achou da história quem era o personagem que mais apareceu na história, estimula dizendo: vamos agora tentar lembrar que parte do conto chamou mais a sua atenção, ou então, agora vamos montar um teatro onde quem quer participar do nosso teatro. Sugere

formar dupla para que pense junto com o amigo como vão apresentar o personagem escolhido pela dupla e em seguida apresentar para a turma. Dessa maneira esclarece Platt (2007):

[...] o modo como muda o tom acompanhando o andamento da história e as alterações na expressão facial quando atinge trechos emocionantes. [...] ajuda a desenvolver um elo entre as palavras e os livros.

Em outros momentos o professor convidou uma criança para escolher o livro e contar a história para o grupo foi interessante porque mesmo sem saber ler a criança foi folheando as páginas e falando com suas palavras o que ia acontecendo nas páginas seguintes, aparecia crianças, amiguinhos, animais fadas, dinossauros, lobo mal e assim sucessivamente, sendo assim a escola Z usa a escrita juntamente com a oralidade nos trabalhos desenvolvidos com as crianças na escola.

Dando continuidade, as atividades permanentes são essências para o processo de alfabetização e letramento, Por isso os professores devem criar hábitos e colocar em prática diariamente ou periodicamente em horários destinados a essas atividades exclusivamente.

### **3.2 O uso da oralidade no ambiente escolar**

Desde muito cedo nas escolas já se trabalha com a oralidade com as crianças, pois a oralidade é adquirida nas relações sociais em nosso dia a dia, desde o nosso nascimento. No entanto a escrita em conjunto com a oralidade é usada nos diferentes contextos sociais básicos da nossa vida: como na escola, no trabalho, em casa, em nosso dia a dia, na família e etc. Platt (2007, p.80) sugere que: “Quantidades maciças de informação são absorvidas por meio da audição e isso ajuda em seu desenvolvimento”.

Cabe agora ressaltar que em minhas observações feitas na creche de educação infantil, pude acompanhar as aulas planejadas pelas professoras dos mini-grupos, percebi que as atividades propostas aos alunos era de pintura, colagem, coordenação motora, desenho livre, contação de história, parque sem brincadeiras dirigidas pelas professoras as crianças ficam livres sem orientação, ou seja, brincam entre si, sozinhas.

As aulas iniciavam sempre com a professora realizando um círculo com todas as crianças para cantar a canção da música “ Bom dia amiguinhos”, onde o grupo todos os dias cantam o nome das crianças que estão presente na sala com as mesmas músicas. Logo em seguida a professora parte para a roda de conversa com as crianças, onde explica a rotina do dia, deixando claros os combinados e o que vão fazer durante o dia, a leitura da chamadinha, ouvir uma história, brincar no parque e depois desenhar na folha sulfite. As atividades de leitura e escrita não eram abordadas com ênfase no planejamento pedagógico dos professores.

Os momentos de leitura de histórias quando realizados não eram explorados com os alunos, não promove momentos de reflexão sobre a história contada e impede dos alunos participar da história, neste caso os alunos não podem falar só ouvir. A docente não proporciona atividade coletiva ou em grupos, somente individual.

Sendo assim, se faz necessário que os educadores saibam que as salas precisam ser ricas em elementos alfabetizadores e escritos, onde os docentes possam expor atividades de cantinhos da leitura, entre outros possibilitando um ambiente aconchegante e alfabetizador. De acordo com Rosemberg (1990), ao trabalhar de forma lúdica a partir da realidade das crianças e do seu interesse, pois a leitura e a escrita tem um papel muito importante na educação infantil, e para que isto possa acontecer nos ambientes das creches precisa ser trabalhado o letramento com as crianças, e os docentes compreenderem e ir em busca de conhecimentos para colocar em prática. E por meio de um espaço lúdico e um ambiente alfabetizador as crianças da educação infantil podem aprender com entusiasmo.

A educação infantil é um momento muito rico de aprendizagem, onde o aprender é um prazer. Por isso o professor tem o papel fundamental de oferecer um planejamento adequado para seus educandos, com atividades que proporcionem o lúdico, pois a ludicidade deve ser o ponto de partida para qualquer aprendizagem, na educação infantil juntamente com atividades de letramento, oferecendo as crianças um espaço com acesso a leitura e escrita.

Também podemos oferecer as crianças um espaço, onde elas possam aprender sobre leitura e escrita de forma lúdica e que este espaço é fundamental no contexto em que vivemos hoje. Não podemos deixar de trabalhar com o letramento e

alfabetização na educação infantil, porque seria privá-los de um processo de aprendizagem de forma lúdica.

Cabe então a escola e aos profissionais refletirem sobre os gêneros textuais que circulam no meio social, sobre os diversos usos sociais da leitura e da escrita, também sobre as habilidades cognitivas, as atitudes e os valores neles aplicados. Portanto para que tudo isto possa acontecer o professor tem o papel muito importante de desenvolver nas crianças um pensamento crítico.

Agora deixo como sugestões para essas escolas criarem o cantinho para leitura e neste cantinho colocar os livros infantis, revistas de histórias em quadrinhos, jornais e revistas. Planejar atividades que envolva as letras e a escrita dos nomes das crianças, planejar atividades onde as crianças possam reconhecer os sons da fala associando as letras do alfabeto também.

Confecção de crachás, recorte da letra inicial do nome de cada criança, contação de histórias todos os dias onde as crianças possam participar, proporcionar um espaço para dramatização, leitura somente por meio de imagem para que as crianças possam participar e ampliar o seu mundo imaginário e o faz de conta. Criar momentos destinados a canção, músicas, cantigas de roda, jogos, brincadeiras, apresentação de versinhos com rimas, com objetivo de chamar atenção das crianças para as rimas, por com essas sugestões o letramento passa a fazer parte da rotina escolar.

E que a escola junto com as professoras criem um ambiente letrado com informações, painéis com escritas, momentos de trocas de conhecimentos trabalhem mais contação de histórias, teatro, incentive o faz de conta e o mundo imaginário das crianças, para que eles passem a sentir o prazer pela leitura, e que nos jogos eles aprendam regras números noções e etc, junto com as brincadeiras também, dando espaço para a fala das crianças, pois a partir da realidade das crianças você vai observar melhor qual a necessidade da turma e com isto trabalhar a oralidade, leitura e escrita com as crianças.

Entretanto para Ana Teberosky;

Um ambiente alfabetizador é aquele em que há uma cultura letrada, com livros, textos digitais ou em papel, um mundo de escritos que circulam socialmente. A comunidade que usa a todo momento esses escritos, que faz circular as idéias que eles contêm, é chamada alfabetizadora.

Portanto o professor tem um papel fundamental e muito importante para realizar com as crianças a função de orientador e facilitador do conhecimento, pois pode ter certeza que esse papel faz parte da sua tarefa como docente ensinar a fazer o correto e pensar certo.

Dando continuidade a Telma Weisz cita a variedade dos gêneros que ultrapassa a ideia dos livros só no jornal e nas revistas há uma variedade enorme de gêneros que se o professor não entende isso, usa esses portadores para recortar letras, se entende aprende explora os gêneros que há dentro deles.

Então cabe ressaltar que os professores precisam criar estratégias para convidar as crianças a participar incentivando-os como destaca Delia Lerner, no livro ler e escrever na escola o real, o possível e o necessário.

A leitura do professor é de particular importância na primeira etapa da escolaridade, quando as crianças ainda não lêem eficazmente por si mesmas. Durante este período, o professor cria muitas e variadas situações nas quais lê diferentes tipos de texto. Quando se trata de uma história, por exemplo, cria um clima propício para desfrutar dele: propõe às crianças que se sentem a seu redor para que todos possam ver as imagens e o texto se assim o desejam; lê tentando criar emoção, intriga, suspense ou diversão (conforme o tipo de história escolhida); evita as interrupções que poderiam cortar o fio da história e, portanto, não faz perguntas para verificar se as crianças entendem, nem explica palavras supostamente difíceis; incentiva as crianças a seguir o fio do relato (sem se deter no significado particular de certos termos) e a apreciar a beleza daquelas passagens cuja forma foi especialmente cuidada pelo autor. (p. 94)

Entretanto quando o professor finalizar uma leitura, seja ela de um livro de contos ou de um gibi, o professor põe o livro e convida as crianças para que os folheiem e possam ver o que lhes chamou mais atenção, incentivar o grupo a levar para casa o livro para que possa ler em família, e fazendo essas propostas vai incentivando as crianças descobrir o valor da leitura e o prazer de ler, com leituras compartilhadas, individual e coletiva assim o professor está ensinando a criança o prazer de ler.

### **3.3 Atividades que propiciam alfabetização e letramento**

Os educadores das escolas X e Z responderam 90% as mesmas respostas referente a pesquisa de campo, sobre os tipos de atividades que os professores

desenvolvem com as crianças a escola Z os professores responderam que tem mais acesso ao material pedagógico e com isso criam algumas atividades para realizarem com as crianças, mais em minhas observações em seus planejamentos possui poucas atividades de leitura, escrita e oralidade com as crianças somente a leitura dos livros realizadas pelas professoras três vezes por semana e não todos os dias como deveria ser, brincam com as crianças no parque, realizam pintura e desenhos na sulfite. As demais horas do dia elas cuidam das crianças e deixam elas a vontade para brincarem com monta-monta em sala com seus amiguinhos. Não existe uma rotina voltada para o letramento e alfabetização e nem para o aprendizado das crianças. O que pude observar em todo esse tempo é que essa escola ainda privilegia o cuidar, como alimentação e higiene, o aprendizado como valores, educação, limites, faz de conta, e etc, são deixado de lado por parte dos cuidadores, pois não estão exercendo o papel de professor, orientador, facilitador dos conhecimentos para as crianças, e com isso deixam a desejar, com o trabalho realizado, deixando de trabalhar com o processo de alfabetização e letramento, onde estão preparando as crianças para a serie seguinte com autonomia e prazer em aprender.

Cabe ressaltar que na educação infantil podemos trabalhar de forma bem prazerosa, pois este espaço necessita muito de atividades lúdicas para que as crianças adquiram uma aprendizagem significativa. E para que isto ocorra como podemos oferecer o processo de alfabetização e letramento para as crianças?

Magda Soares (2009) coloca que as atividades bastante comuns na educação infantil, são os rabiscos, desenhos, não são consideradas alfabetizadoras, porém elas já fazem parte deste processo de alfabetização e letramento.

A fase inicial da aprendizagem da língua escrita, constituindo, segundo Vygotsky, a pré-história da linguagem escrita: quando atribui a rabiscos e desenhos ou a objetos a função de signos, a criança esta descobrindo sistemas de representação, precursores e facilitadores da compreensão do sistema de representação que é a língua escrita. ( Soares, 2009,p1).

Porém, nas atividades onde as crianças fazem seus rabiscos e dizem o que representam já estão assimilando os conceitos onde futuramente precisarão.

Também as representações semióticas e vivências, segundo Vygotsky (Soares 2009,p1), são operações cognitivas precursoras e preparatórias do mais complexo a abstrato processo de conceitualização da escrita como um sistema de representação.

Ou seja, quando as crianças na educação infantil escutam uma história, fazem o relato utilizando a sua imaginação e criatividade, atribui aos seus rabiscos e desenhos representativos, os objetos, como os brinquedos de sucatas, a função de signos, elas já estão descobrindo os sistemas de representação, que muito facilitam depois na compreensão do sistema de representação de sons e signos que é a língua escrita.

Portanto segundo Soares (2009) pesquisas feitas pelas estudiosas Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, comprovam que as crianças da faixa etária dos 4 aos 6 anos, alunas da educação infantil, quando orientadas e incentivadas por meio de práticas lúdicas e adequadas, evoluem rapidamente em direção ao nível alfabético.

Sendo assim são muitas as atividades, que os profissionais da educação infantil devem trabalhar com o letramento dentre as quais podemos destacar:

Escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarizando com as letras do alfabeto, contato visual freqüente com a escrita de palavras conhecidas, sempre em um ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções: calendário, lista de chamada, rotina do dia, rótulos de caixas de material didático, e etc. (Soares,2009,p1)

Outras sugestões de atividades que podem ser trabalhadas com as crianças são as parlendas, poesias, cantigas, músicas, gibis, jornais, revistas, contos, jogos, brincadeiras. Portanto, as músicas, parlendas, versos e poesias estão trabalhando algumas habilidades com as crianças na educação infantil, não tendo limite de idade para oferecer tais atividades. A leitura freqüente como nos coloca Soares (2009), é sem dúvida, a principal atividade de letramento na educação infantil. Ela coloca além de principal esta atividade é indispensável para as crianças.

E por meio da audição da contação de história as crianças vão adquirindo conhecimentos e habilidades para inserir-se no mundo da escrita, e muitos

professores ainda tem o receio de deixar as crianças manusearem os livros, pois podem rasgar danificar os mesmos.

Porém as crianças deixam visível seu contentamento em esta folheando um livro, imitando os personagens presentes na historia, fazendo o reconto da historia lidas e por meio de sons, gestos, mímicas, e fazendo o seu reconto da historia contada usando sua imaginação e criatividade, torna-se um ambiente prazeroso e rico para as crianças. E através do manuseio com os livros, as crianças observaram a escrita do livro e as ilustrações e sentem-se motivadas a querer ler o que está escrito no livro.

Então para Soares(2009), estas atividades

(...) Leva a criança a se familiarizar com a materialidade do texto escrito conhecer o objeto livro ou revista, descobrir que as marcas na página-sequências de letras- escondem significados, que textos é que são “para ler”, não as ilustrações, que as páginas são folheadas da direita para esquerda, que os textos são lidos da esquerda para direita e de cima para baixo, que os livros têm autor, ilustrador, editor, têm capa, lombada ....(p.1)

Então por meio das contações de historias as crianças vão enriquecendo seu vocabulário sua imaginação e criatividade, desenvolvendo habilidades para compreensão dos textos, histórias, poesias, parlendas e outros.

Cabe então ressaltar que os professores que trabalham com as crianças fazendo interpretação oral da historia e incentivando fazer o reconto das historias contadas e apresentadas de forma lúdica, já estão trabalhando as habilidades que mais tarde serão transferidas para uma leitura independente. Magda Soares (2009), acredita que esta leitura deve ser explorada.

Naturalmente, para que a leitura oral de historias atinja esses objetivos, não basta que a historia seja lida. É necessário que o objeto portador da historia seja analisado com as crianças e sejam desenvolvidas estratégias de leitura (p.1)

Na realidade a contação de história, conforme minhas observações, tem que partir das ideias e criatividade elaborada pelo próprio professor, pois os professores não utilizam as estratégias na sua cotação de histórias, onde os mesmos deveriam oferecer outros tipos de gêneros no seu dia-a-dia em sala de aula.

Portanto devemos trabalhar com textos literários, contos de fadas, contos maravilhosos, textos informativos, gibis, diversos tipos de gêneros literários, que possibilitem nas crianças interesse, textos que orientem as praticas de jogos e mostrem suas regras, historias em quadrinhos, brincadeiras dirigidas e livres e outros.

Os professores devem pesquisar ir à busca de novos conhecimentos e adquirir habilidades para que possam oferecer para as crianças uma educação de qualidade e facilitar em seu desenvolvimento e aprendizagem enriquecendo os conhecimentos de ambos.

Outras atividades alfabetizadoras que os professores devem realizar segundo Ana Teberosky, é formar grupos menores para as crianças terem mais oportunidade de falar e ler para elas, são estratégias fundamentais. É preciso compartilhar com a turma as características dos personagens comentar e fazer com que todos falem sobre a história, pedir aos pequenos para recordar o enredo, elaborar questões e deixar que eles exponham as dúvidas.

Portanto são atividades simples, porém, para o aprendizado das crianças que merecem toda atenção e criatividade por parte dos professores da educação infantil para ensinar com prazer e alegria.

Porque ensinar é criar condições e situações para a aprendizagem das crianças e quando os educadores e as crianças constroem seus conhecimentos juntos, acontece a aprendizagem e, para isso muitos acham que só basta o contato com as letras e o material escrito para que os conhecimentos apareçam de forma bem natural e espontânea.

#### **4 - Considerações finais**

A presente pesquisa realizada sobre o letramento na creche, na Educação Infantil foi de suma importância e enriquecimento para a minha vida acadêmica e profissional. Pois trabalhando com o letramento de forma lúdica nas escolas de educação infantil as crianças adquirem autonomia e uma aprendizagem significativa.

Portanto, isso somente será possível ser trabalhado se os professores acreditarem e participarem das atividades realizadas e planejadas entre ambos dentro do espaço escolar e em seu cotidiano.

Contudo o aprendizado fica mais fácil de ser trabalhado se os professores forem conscientes de que as crianças necessitam aprender com o letramento pois é brincando que a criança aprende automaticamente.

Porém o letramento ajuda no desenvolvimento das crianças ampliando os seus conhecimentos e valorizando os seus conhecimentos prévios antes mesmo de chegar a escola. Então cabe a escola e aos professores se conscientizar que o letramento não é alfabetizar , mais prepará-los para uma boa alfabetização futuramente.

Por outro lado fica a responsabilidade para os professores de educação infantil direcionar atividades lúdicas de letramento para as crianças visando os pontos negativos e positivos, partindo da ideia, que o letramento contribui para a alfabetização das crianças.

Portanto verifiquei que alguns professores de creche não trabalham com o letramento porque não conhecem e outros porque acham que é alfabetizar as crianças e não concordam com este tipo de trabalho com as crianças. Porém em minhas observações a escola X não possui um ambiente alfabetizador e as crianças não tem contatos com o mundo da leitura e da escrita, os professores falam que trabalham com a leitura mais na verdade em seu dia a dia a contação de história não é colocado em prática, e eles não entendem o que é o letramento mais cabe a cada

um ir em busca de novos conhecimentos, pois tem professores que finalizaram a pedagogia e nunca mais foram atrás de outra formação ou de um curso para ampliar os seus conhecimentos, por isso torna-se difícil oferecer as crianças uma educação de qualidade . Já a escola Z possui um ambiente alfabetizador, as crianças são participativas, porém precisam verificar os planejamentos e as atividades oferecidas para as crianças, colocando em pratica a contação de história todos os dias e enriquecer a participação das crianças no momento da leitura, oferecendo outros tipos de gêneros e incentivando os mesmos. Então cabe ressaltar que nas entrevistas e pesquisa de campo, verifiquei que o trabalho dos professores com o letramento em seu dia a dia em sala de aula com as crianças na realidade não é utilizado o letramento de forma correta dentro das creches.

Desse modo concluo que conduzir minha pesquisa sobre alfabetização e letramento na perspectiva do letramento , porém são muitos os desafios a serem enfrentados no atual contexto educacional em que muitas crianças passam pelas escolas sem encontrar condições efetivas de se tornar futuras leitoras.

Saliento em minhas observações como estudante de pós graduação em alfabetização e letramento, percebo que as tentativas são muitas de conduzir uma perspectiva de letramento, porém muitas vezes, esbarra em diversas dificuldades para desenvolver novas estratégias de aprendizagem que incorpore uma aprendizagem significativa sobre o conceito de letramento e alfabetização.

Seguindo diante das limitações, encerro este trabalho depois de muitas idas e vindas, Idas que me fizeram crescer quanto pessoa profissional, descobertas que me ajudaram a enxergar a prática pedagógica com um olhar mais reflexivo, sentindo na pele o ser inacabado que somos.

Por isso precisamos estar sempre buscando os novos sentidos, e com esta pesquisa busquei refletir sobre o processo de alfabetização e letramento dentro das escolas de educação infantil (CEIs). Busquei refletir nas leituras realizadas além de Soares, Ferreiro e outros, percebi que tenho plena consciência que o ponto final colocado neste trabalho simboliza o limite de tempo para a conclusão, mas não a

completude deste trabalho. Desta forma as considerações finais espero que auxiliem os profissionais da educação infantil refletirem quanto a importância do letramento em sua prática pedagógica com as crianças.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Rio Grande do Norte, FUNDAC/RN. Edição publicada em 2004

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Legislação Educacional. Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> acesso em agosto de 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. referencial curricular nacional da educação infantil** – Documento introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Referencial curricular para educação infantil**. Brasília, 1998, vol. I-II-III.

DELIA LERNER, **Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário/** Delia Lerner; tradução Ernani Rosa- Porto Alegre: Artmed, 2002. 120p.;13cm.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1989.

FARIAS, M. **Infância e educação no Brasil nascente**. In: VASCONCELOS, V. M. R. (Org.). Educação da infância: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 33-49.

**“Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas”**, Revista Brasileira de Educação, n. 0, 1995, pp. 5 – 16.

LEITE, S. A. S. (org.) **Alfabetização e letramento** – contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, Komedi/Arte Escrita, 2001.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro. **Escolarização da Infância**

PASCHOAL,Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes.**A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional** .Revista HISTEDBR On-Line, Campinas,n.33,p.78-95.mar.2009

PLATT, M. W. (org) **Os incríveis primeiros passos**. São Paulo: Publifolha, 2007.

RIBEIRO, V. M. (org.) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

RUIZ, Jucilene de Souza. **O Surgimento da creche uma construção social e histórica**. Uniderp Anhanguera 2011. Florianópolis Santa Catarina.

ROSEMBERG, Fúlvia;CAMPOS, Maria M. Malta; HADDAD; Lenira. **A Rede de creches no Município de São Paulo**. São Paulo, Novembro 1990.DPE- FCC

SÃO PAULO (SP) Secretaria Municipal de educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações Curriculares: **expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil** / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2007.152p

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Web site: Revista Brasileira de Educação.Jan.Fev.Mar.Abr nº.25. p.5 a 16. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf)/ Acesso em: 15 mai 2013.

RIZZINI, Irene. o século perdido: **raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

SILVA, Carmem Virginia Moraes;FRANCISCBINT,Rosangela. **O surgimento da Educação Infantil na história das políticas no Brasil**.Práxis Educacional, Vitória da Conquista v.8, n.12 p.257-276 jan/jun .2012

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

\_\_\_\_\_ “Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas”, Revista Brasileira de Educação, n. 0, 1995, pp. 5 – 16.

STREET, B. V. Literacy in theory and Practice. Cambridge, University Press, 1984.

SOARES, Magda Becker. **O que é letramento e alfabetização**, jan 1999.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez,1995.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2.ed. São Paulo, Ática, 2002.

## **APÊNDICES**

## Apêndice 1 – Questionário para professores

Caro professor,

Estou fazendo minha pesquisa de conclusão do curso de pós graduação e gostaria de contar com sua colaboração respondendo ao questionário abaixo. Todas as informações serão confidenciais e serão utilizadas apenas nesta pesquisa

Desde já agradeço a colaboração

Juscelina Carlos

**Sua idade:** \_\_\_\_\_

**Sua escolaridade:** ( ) magistério ( ) ensino médio ( ) pedagogia ( ) pós graduado

**Tempo de atuação na educação infantil:**

- ( ) menos de 5 anos
- ( ) entre 5 e 10 anos
- ( ) entre 10 e 15 anos
- ( ) mais de 15 anos

Você coloca as crianças em situação de fala?

- ( ) sim ( )as vezes ( ) não

De que forma é inserida a linguagem oral para as crianças?

- ( ) roda de conversa ( ) musica ( ) contação de historia ( ) receitas

Você realiza alguma atividade de ESCRITA com as crianças?

- ( ) não ( )as vezes ( ) sempre

Se sim, que tipo de atividade realiza?

---

---

Há alguma atividade que pode proporcionar o contato com a **ESCRITA** nesta fase?

sim  não

Quais?

---

---

Você realiza alguma atividade de **LEITURA** com as crianças?

não  as vezes  sempre

Se sim, que tipo de atividade de **LEITURA** realiza?

---

---

No seu planejamento, as atividades relacionadas à **ESCRITA** são planejadas/evidenciadas?

sim  não

Com que frequência essas atividades de escrita aparecem no planejamento?

raramente

duas vezes por semana

três vezes por semana

todos os dias

No seu planejamento, as atividades relacionadas à LEIURA são planejadas/evidenciadas?

sim  não

Com que frequência essas atividades de LEITURA aparecem?

raramente

duas vezes por semana

três vezes por semana

todos os dias

Você disponibiliza em sala algum tipo de material escrito?

sim  não

Que tipo de material?

---

---

Se sim, este material é disponibilizado:

raramente

duas vezes por semana

três vezes por semana

todos os dias

Em sua sala de aula as crianças tem livre acesso aos livros?

sim  não

Em sua sala de aula as crianças tem livre acesso à revistas?

sim  não

Em sua sala de aula as crianças tem livre acesso à jornais?

sim  não

Em sua sala de aula as crianças tem livre acesso à gibis?

sim  não

Há salas de leitura na escola?

sim  não

Você utiliza esse espaço?

sim  não

Quais os tipos de atividades que você aplica em seu dia a dia?

escrita  copias  recortes  leitura

Quantas vezes por semana você ler para as crianças?

Uma vez  três vezes  todos os dias

Em quanto tempo você faz a leitura para as crianças?

Dez minutos  Meia hora  Uma hora

Em quanto tempo você faz a roda de conversa com as crianças?

meia hora  quinze minutos  não faço

## Apêndice 2 – Roteiro para entrevistas

Em sua escola tem bibliotecas?

Como é a sua biblioteca?

Possui muitos livros?

Como você acha que devemos trabalhar a leitura com as crianças?

Você trabalha com bastante leitura.

Cite a que mais chamou atenção das crianças?

Qual a sua intervenção quando as crianças não estão participando da história?

Você muda a história ou para de contar a história na mesma hora?

Qual a importância do planejamento para o desenvolvimento das atividades?

As atividades planejadas possui uma seqüência com horários determinados?

De que forma você aplica a seqüência didática ?

Em suas atividades estão sempre presentes atividades de leitura e escrita?

De que forma estão presentes para as crianças?

**Apêndice 3 - Roteiro de observação na CEI (creche)**

Neste dia, a professora colocou os alunos em situação de fala? Fez rodas de conversa? \_\_\_\_\_

Quanto tempo durou: \_\_\_\_\_

Atividade de Leitura? \_\_\_\_\_

Que atividade foi? \_\_\_\_\_

Quanto tempo durou: \_\_\_\_\_

Escrita? \_\_\_\_\_

Que atividade foi: \_\_\_\_\_

Quanto tempo durou: \_\_\_\_\_

Quem escreveu? Ela ou os alunos, ou ambos? \_\_\_\_\_

A Biblioteca é de fácil acesso para as crianças? \_\_\_\_\_

Quantas vezes as crianças tem contato com livros? \_\_\_\_\_

Quem faz a leitura as crianças ou professor? \_\_\_\_\_

Possui contatos com jornais, revistas, gibis? \_\_\_\_\_

Trabalham com recorte e colagem ? \_\_\_\_\_

Quanto tempo durou: \_\_\_\_\_

Que atividade foi realizada: \_\_\_\_\_

5° Como é a relação do professor junto das crianças no momento da roda de conversa? \_\_\_\_\_

Convidam as crianças para falar? \_\_\_\_\_

Valorizam os conhecimentos prévios? \_\_\_\_\_

As crianças são participativas? \_\_\_\_\_

**Apêndice 4 - Observações sobre espaço e estrutura:**

Os brinquedos ficaram ao acesso das crianças?

sim  não

Os livros infantis ficaram em um ambiente acessível as crianças .

sim  não

Os livros foram oferecidos como materiais permanentes?

sim  não  as vezes  nunca  raramente  sempre

Mesmo quando os livros são materiais permanentes na sala, as crianças podem pegá-los quando querem?

sim  não

Se as salas apresentam cartazes com escritas?

sim  não

Os materiais dos alunos são etiquetados com seu nome?

sim  não

Possui cantinhos da leitura, revistas, jornais, brinquedos acessível para as crianças?

sim  não